

Bracher diz que ir ao FMI é um direito

“É um direito do Brasil, como membro do Fundo Monetário Internacional (FMI), de recorrer a ele quando necessitar e reitero que pretendemos usufruir deste direito”. A declaração foi feita ontem pelo assessor especial do Ministério da Fazenda para Assuntos da Dívida Externa, Fernão Bracher, após longa exposição na Comissão da Dívida Externa do Senado Federal, juntamente com o presidente do Banco Central, Fernando Milliet de Oliveira.

Bracher, que havia sido contestado pelo senador Roberto Campos (PDS/MT), segundo o qual o Brasil submeteria-se ao FMI para fechar o acordo final com os bancos credores internacionais, afirmou que o Senador “interpretou mal o telex, pois isto é uma questão de ênfase”. Para ele, “as duas partes estão conformes e o acordo com os credores foi o de que não deveria haver atrasos nos desembolsos, caso houvesse atraso no cumprimento dos programas econômicos formulados junto ao FMI”.

O assessor do Ministério da Fazenda explicou que o acordo para o reescalonamento do principal da dívida brasileira ainda não foi acertado, sendo que o que já ficou pré-estabelecido nesta primeira rodada de negociações são os três anos (1987, 1988 e 1989) para o pagamento dos juros, em especial o total devido pelo Brasil neste ano. “Este acordo com o FMI não deverá condicionar os desembolsos com os bancos credores internacionais. O Comitê dos Bancos (14 maiores) enviarão, nos próximos 15 ou 21 dias, aos outros bancos (aproximadamente 70) a minuta que substancia o desejo de ambas as partes em fechar o acordo final. Estes outros 70 bancos participarão de levantamento do montante necessário para o pagamento dos juros totais devi-

dos pelo Brasil neste ano”, relata Bracher.

Neste acordo preliminar ficou estabelecido que o Brasil pagará 500 milhões de dólares, metade no dia 30 deste mês e a outra metade no final de dezembro, e os bancos depositarão um bilhão de dólares. Após o fechamento do acordo final (previsão é para janeiro de 1988), os bancos depositarão outros dois bilhões de dólares e o Brasil mais um bilhão. Segundo Fernão Bracher, o Brasil deseja, ainda, que os credores depositem mais 400 milhões de dólares (que são juros sobre juros da dívida, que no total, dá 4 bilhões 900 milhões de dólares).

— Na verdade, a diminuição da nossa dívida é de 500 milhões de dólares nesta primeira fase do acordo, pois os outros um bilhão serão dos bancos credores. Formalmente, apenas, pode-se dizer que, ainda este ano, o Brasil pagará 1 bilhão e 500 milhões de dólares — arrematou Bracher. Ainda em sua opinião, “evidentemente, preferíamos não ter feito acordo preliminar antes e deixar tudo para o global”, mas garantiu que o Brasil conseguiu abaixar a taxa de risco (**spread**) de 1,125 por cento da Libor (taxa praticada entre os bancos nas operações do mercado de Londres) para 0,875 por cento”.

Apesar desta queda na taxa, há as comissões (**fees**) que o Brasil terá que pagar, fixada em 0,125 e mais 0,125, para o banco que aceitar o acordo nas próximas três semanas. Como estas **fees** são pagas adiantadas, quem fizer o acordo agora levará somando-se tudo, 1,125 por cento. “O que se está discutindo é a intenção sobre a qual os negociadores acordaram. Se não houver o pagamento pelos bancos, tampouco o Brasil fará o pagamento”, acrescentou o presidente do Banco Central, Fernando Milliet.